

Adesão e resistência a práticas de agricultura biológica entre agricultores familiares: reflexões a partir de uma abordagem com grupos focais

Cristina Parente¹, Mafalda Gomes², Cristina Amaro da Costa^{3,4}, Celso Pais⁵, Ana Aguiar⁶, Helena Esteves Correia^{3,4} & Daniela Teixeira Costa^{3,4}

¹ Departamento de Sociologia e Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica Edgar Cardoso, 4150-564 Porto, cparente@letras.up.pt

² Associação A3S, CIAp - Centro Incentivar a Partilha da Cruz de Pau, Rua da Cruz de Pau, 153, 4450-103 Matosinhos – Portugal, geral@a-3s.org

³ CI&DETS, Instituto Politécnico de Viseu, Av. Cor. José Maria Vale de Andrade, Campus Politécnico, 3504-510, Viseu, Portugal, ca.amarocosta@gmail.com

⁴ Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior Agrária, Quinta da Alagoa, Estrada de Nelas, Ranhados, 3500-606 Viseu

⁵ Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Via Panorâmica Edgar Cardoso, 4150-564 Porto, celalpais@gmail.com

⁶ GreenUP/CITAB-UP & DGAOT, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Rua Padre Armando Quintas7, 4485-661 Vila do Conde, aaguiar@fc.up.pt

Resumo

O rápido crescimento e a mediatização pública e política de práticas de agricultura biológica suscitam importantes reflexões do ponto de vista sociológico. O mercado de produção biológica, cujos princípios orientadores assentam em preocupações de sustentabilidade económica, ambiental e social, adquire legitimidade, nomeadamente através da procura dos consumidores que privilegiam, no ato da compra, as condições e meios de produção “amigas do ambiente” e da saúde. Por sua vez, a agricultura familiar, pelas suas características próprias, assume, de forma mais ou menos declarada, os princípios que norteiam a agricultura biológica. No artigo procuramos discutir os primeiros resultados de um projeto de investigação-ação sobre as “Pontes entre a agricultura biológica e a agricultura familiar”. Através de uma metodologia qualitativa exploratória procura-se, com base em análise documental e dinamização de 2 grupos focais: (i) identificar os fatores bloqueadores e facilitadores de adesão a práticas de agricultura biológica; (ii) perceber a existência de processos de resistência à mudança por agricultores familiares. O objetivo fundamental de compreender os constrangimentos e fatores potencialmente facilitadores da adoção das práticas de agricultura sustentáveis, numa lógica de construção futura de recomendações de políticas públicas de caráter local, regional e nacional, aponta para representações ambivalentes. Entre as representações favoráveis destacam-se os benefícios para a saúde e para o ambiente, alguma proximidade entre as práticas tradicionais dos agricultores familiares e os princípios e técnicas da agricultura biológica, a par de algum apoio técnico e alguma vontade política local e nacional. Porém, os graus de escolaridade, dos agricultores, a carência de formação técnica, conduzem-nos a uma prática agrícola imediatista, orientada para a rentabilidade de curto prazo, a que se acresce as dificuldades inerentes a um mercado exíguo e distante, ao preço elevado dos produtos e ausência de canais de escoamento eficazes.

Palavras-chave: modos de produção sustentáveis, resistência à mudança, agricultura familiar, oportunidades, ameaças.

Abstract

Adherence and resistance to organic farming practices among family farmers: reflections from a focus group approach

The rapid growth and the public and political attention to biological agriculture promote relevant reflections from a sociological point of view. The market of biological production, whose principles are based on concerns about economical, environmental and social sustainability, gains legitimacy mainly through consumers who give preference, when shopping for food, to healthy and environmentally friendly conditions and means of production. In addition, home farming, through its own characteristics, takes on board the basic principles of biological agriculture. This article attempts to discuss the first results of an Action Research project about the “Bridges between Biological Agriculture and Home Farming”. The aim is to, through an exploratory qualitative research, based on documental analysis and the work of 2 focus groups: (i) isolate both the facilitating and obstructing factors of practicing biological agriculture; (ii) understand existing processes of resistance to change by home farmers. In order to recommend future public policies, be it at local, regional or national levels, there must be an understanding of both constraints and facilitators of practicing sustainable agriculture, which point at very distinct representations. Amongst the favourable representations it is possible to highlight the health and environmental benefits, some proximity between traditional agricultural practices by home farmers and the principles and techniques of biological agriculture, technical support and some political will both at local and national levels. However, the small amount of years farmers spent at school and the lack of technical knowledge makes this practice of agriculture focused in short-term profitability, adding to the difficulties of a small and distant market, the high cost of the products, and the lack of effective product flowing channels.

Keywords: sustainable production methods, resistance to change, family farming, opportunities, threats.

Introdução

A reflexão que propomos foca o conjunto de fatores que podem ser equacionados como causas promotoras de comportamentos e atitudes de adesão e/ou de resistência a práticas de agricultura biológica.

Esta problematização sobre a adesão e a resistência às práticas de agricultura biológica surge no âmbito de um dos eixos analíticos do projeto “Pontes entre a Agricultura Familiar e a Agricultura Biológica”¹. Um projeto de investigação ação que, através de uma estratégia metodológica mista (Creswell, 2014), procura determinar em que medida as práticas da agricultura familiar se aproximam e se assemelham às utilizadas em agricultura biológica, com o objetivo de, a partir da proximidade entre ambas, promover modos de produção agrícola mais sustentáveis e saudáveis. O projeto, que cruza as áreas disciplinares da agronomia e da sociologia, visa propor um conjunto

¹ Projeto em curso (2017-2018), desenvolvido sob coordenação do Instituto Politécnico de Viseu, em parceria com as Faculdades de Letras e de Ciências da Universidade do Porto e a Associação A3S, e financiado pela Caixa Geral de Depósitos (PROJ/CI&DETS/2016/006/CGD). Para mais informações sobre o projeto consultar o site em <https://agriculturabiofamiliar.wordpress.com/>.

de recomendações acerca de estratégias adequadas à disseminação de práticas de agricultura biológica entre comunidades agrícolas familiares.

O eixo analítico que retemos para este artigo reporta à primeira fase do referido projeto, em que se utilizou uma abordagem qualitativa de cariz exploratório, alicerçada na dinamização de grupos focais, para, entre outros aspetos, identificar causas que favorecem ou, por oposição, limitam a adoção de práticas de agricultura biológica entendidas como fatores propulsores *versus* fatores impeditivos da adesão, a serem trabalhados em termos de recomendações para a ação. Isto é, identificam-se pontos fortes e fracos, bem como oportunidades e ameaças à adoção de modos de produção sustentáveis.

1. Resistência à mudança e práticas de agricultura sustentáveis

Existe hoje um entendimento comum que a adoção de práticas de agricultura sustentáveis permite produzir alimentos e fibras sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades. Neste tipo sistemas, procuram atingir-se três grandes objetivos - ambiente saudável, rentabilidade económica e justiça social e económica - através da incorporação de técnicas e tecnologias que procuram promover a saúde do solo, minimizar o uso da água e reduzir os níveis de poluição nas explorações. Para além destas, as práticas utilizadas devem salvaguardar o bem estar do agricultor e dos animais e contribuir para a sustentabilidade das economias locais (Shreck et al., 2006).

A transição para sistemas de agricultura sustentáveis, como a agricultura biológica, é um processo complexo, que associa obstáculos de natureza diversa - técnicos, económicos e sociais - para os quais tem sido dada pouca atenção, em particular aos fatores que propiciam a resistência à mudança ou à sua facilitação.

De entre as maiores dificuldades técnicas referem-se: manutenção e melhoria da fertilidade do solo, seleção e melhoramento de espécies mais resistentes e adequadas ao itinerário em agricultura biológica, incremento da biodiversidade funcional e proteção das culturas, conservação e transformação de produtos biológicos (EIP AGRI, 2013; Forster et al., 2012; Olabisi et al., 2015; Santacoloma, 2007).

Do ponto de vista económico, existem também constrangimentos à adoção da agricultura biológica. Diversos autores referem o acréscimo de trabalho (maior necessidade em mão de obra) devido a algumas etapas do itinerário técnico, como o combate a infestantes ou a compostagem, que pode desincentivar a adoção da agricultura biológica (European Commission, 2013; Guthman, 2004; Inouye & Warner, 2001; Morison et al., 2005; Olabisi et al., 2015). A perda inicial de produtividade e a diferença de produtividade relativamente aos sistemas convencionais constituem outro importante fator de desencorajamento (EIP AGRI, 2013; Shreck et al., 2006).

Por outro lado, os custos com alguns fatores de produção, como as sementes certificadas ou a escolha de cultivares resistentes, ou a necessidade de manter a terra em pousio reduzindo o tempo disponível para o cultivo, limitam, em certas culturas, as margens produtivas ou encarecem os produtos biológicos, dificultando o acesso ao mercado (Shreck et al., 2006). No entanto, alguns estudos demonstram que, nalgumas circunstâncias, as práticas adotadas em agricultura biológica podem reduzir os custos produção, em particular devido à não utilização de fatores de produção externos à exploração (Olabisi et al., 2015).

A prática de preços demasiado baixos no produtor, a inexistência de canais de marketing adequados, a complexidade e custos da certificação e a precariedade da comercialização constituem outro conjunto de fatores que podem inibir a vontade de

aderir a estes sistemas de produção (Assis & Romeiro, 2007; Santacoloma, 2007; Shreck et al., 2006). Verificam-se, também, dificuldades associadas à falta de informação, escassez de apoio técnico e de formação sobre técnicas de agricultura biológica e, bem como à dificuldade de suportar os custos relacionados com a mesma (Assis & Romeiro, 2007; Lampkin, 1990; Olabisi et al., 2015). Por outro lado, existem fatores que podem facilitar a adesão de maior número de agricultores à agricultura biológica, como a promoção de estratégias integrada das políticas de apoio à agricultura, compreendendo as características próprias da agricultura biológica e do tipo e competitividade dos respetivos mercados; implementação de sistemas de certificação eficazes e do apoio necessário aos produtores; facilitação do acesso aos mercados de importação e exportação; estabelecimento de regras de produção e comercialização; apoio à comercialização e transformação; informação aos consumidores e criação de estratégias de marketing para promoção destes produtos e práticas, em particular relativamente aos agricultores com explorações agrícolas de menor dimensão (Rundgren, 2008).

Na discussão sobre os fatores propulsores e inibidores das práticas de agricultura biológica, a agricultura familiar pode ganhar algum destaque, pela sua importância a nível global. Alguns autores, tais como Cordeiro et al. (1996) enumeram razões pelas quais a agricultura familiar possibilita melhores condições de sustentabilidade, focando, em primeiro lugar, a articulação económica entre a exploração familiar e profissionais do sector; em segundo, a perceção da terra enquanto património; o facto de a terra ser simultaneamente um espaço de produção e de consumo, prevendo-se o equilíbrio das colheitas; em terceiro e, por último, o enfoque no desenvolvimento local e comunitário como modelo autogestionário de produção e consumo.

A agricultura familiar, pelas suas características próprias, assume, assim, de forma mais ou menos declarada, alguns dos princípios que norteiam a agricultura biológica: princípio da saúde, da ecologia, da justiça e da precaução (FAO, 2014; IFOAM, 2016). Esta modalidade de agricultura baseia-se em explorações geridas por uma família que depende essencialmente de mão-de-obra familiar (não assalariada) e cujo saber se transmite de geração em geração, tendo um papel fundamental no mundo rural, do ponto de vista económico-social, cultural e ambiental (FAO, 2014). Dos cerca de 570 milhões de explorações agrícolas do mundo, mais de 500 milhões enquadram-se no conceito de agricultura familiar, apresentando uma área inferior a 2 hectares (Lowder et al., 2014). Estima-se que estas explorações contribuem com cerca de 70% dos alimentos consumidos a nível global, e que cerca de 40% das famílias de todo o mundo dependem da exploração familiar para sobreviver (FAO, 2014). Em Portugal, em 2010, 93% das explorações recenseadas correspondiam a explorações familiares, respondiam por cerca de 80% do emprego agrícola (em unidades de trabalho ano, UTA); fruíam perto de 50% da superfície agrícola e florestal e respondiam por quota similar no valor económico da produção agrícola nacional (Cordovil & Rolo, 2014).

Para além dos fatores de resistência à mudança anteriormente mencionados, acrescem questões de cariz social, nomeadamente o facto de estes agricultores constituírem uma população envelhecida – 75% tem mais de 65 anos – e com baixos níveis de formação escolar e profissional – 80% adquiriu o conhecimento através da experiência prática e da transmissão de conhecimentos entre familiares, vizinhos e amigos (FAO, 2014). No entanto, o sucesso de muitas explorações de pequena agricultura e agricultura familiar tem sido conseguido pela adoção de agricultura biológica, assente em princípios como alimentar o solo, otimizar os ciclos de nutrientes através da gestão dos animais e plantas no espaço e tempo ou manter relações de

proximidade com o mercado, de forma a garantir qualidade dos produtos e a assegurar a melhoria dos rendimentos das famílias (Auerbach et al., 2013; Von Dach et al., 2013).

2. Uma abordagem qualitativa exploratória ancorada em grupos focais

Nos últimos anos, a Comissão Europeia tem apostado na dinamização de grupos focais com peritos na área da agricultura, sistematizando casos de boas práticas e de resolução de obstáculos nos diversos subsectores da atividade. Esta preocupação materializa-se na Parceria Europeia de Inovação para a Produtividade e Sustentabilidade Agrícolas - PEI AGRI² e também no Plano de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR, 2020), onde se usa o conceito de “grupos focais de divulgação” para designar “grupos específicos de público-alvo [...] com o objetivo de divulgar conceitos e resultados obtidos no decorrer e/ou após a conclusão dos trabalhos do grupo operacional”³.

Seguindo esta orientação, neste projeto, os grupos focais foram usados, no âmbito da abordagem qualitativa (Morgan, 1997), como técnica de recolha de informação numa perspetiva exploratória de auscultação de atores chave acerca dos fatores propulsores ou impeditivos da adesão ao modo de produção biológica. Procurou-se compreender a perspetiva dos participantes (individual e em grupo) acerca dos fenómenos em análise através da partilha das suas experiências, perspetivas, opiniões e significados (Hernández, Fernández & Baptista, 2014).

Com este objetivo principal, os grupos focais foram concebidos enquanto entrevista coletiva de grupo em que participaram informantes privilegiados detentores de conhecimento prático e experiencial sobre a problemática em análise. A sua utilização no momento de arranque do projeto teve também como objetivo a divulgação do mesmo, entre os atores chave, de modo a garantir o seu envolvimento nas diferentes fases da pesquisa de acordo com a estratégia de investigação ação prevista. Esta estratégia pareceu ser a mais adequada para atingir um dos resultados propostos que se consumarão na elaboração de um conjunto de recomendações construídas com e pelos atores do terreno, com vista à implementação de modos de produção agrícola mais sustentáveis e saudáveis por agricultores familiares ou outros pequenos agricultores.

Foram organizados dois grupos focais, um na região Norte e outro na região Centro do país, cada um com 10 participantes. Os participantes foram selecionados de acordo com as suas especificidades e potenciais contributos para a problemática em análise, cumprindo-se os critérios da familiaridade com o tema (Silva et al., 2014) e da homogeneidade desejável de características, no que se refere ao perfil socioeconómico e escolar. Estes são os requisitos conhecidos na literatura como fundamentais para fomentar o diálogo e interação, por um lado, e evitar constrangimentos e conflitos, por outro (Morgan, 1997), criando um ambiente propício à partilha de ideias e troca de opiniões.

Na tabela 1 encontram-se sistematizadas as características sociodemográficas e profissionais dos 20 participantes. A constituição dos grupos foi intencionalmente construída em termos de género, escolaridade e idade. Com uma média etária de 47

² Informação retirada da página online do EIP-AGRI. Agriculture & Innovation. <https://ec.europa.eu/eip/agriculture/>.

³ Informação retirada da página online do Plano de Desenvolvimento Rural 2020. *Orientação técnica específica n.º 32/2016. Ação 1.1 – Grupos Operacionais*. <http://www.pdr-2020.pt/site/O-PDR2020/Arquitetura/Area-1-Inovacao-e-Conhecimento/Medida-1-Inovacao/Acao-1.1-Grupos-Operacionais/Acao-1.1-Grupos-Operacionais/Documentos-de-Suporte/Orientacao-Tecnica-Especifican.1-32-2016>.

anos, os informantes exercem atividades profissionais na área da agronomia, manifestaram genericamente um conhecimento aprofundado e experiência sobre a situação e as práticas de agricultura familiar e/ou biológica, sendo ainda alguns deles conhecedores do panorama de incentivos da agricultura biológica em Portugal. Maioritariamente a trabalharem nas regiões do Porto ou Viseu, apresentam pertenças institucionais propositadamente diversificadas com atividades exercidas nos setores privado e público, bem como no ramo associativo do terceiro setor. A maior parte autodenominou-se como engenheiro, grosso modo da área da agronomia e, com menos representatividade, da área de zootecnia. Com menor prevalência, mas assegurando a diferença, estiveram também presentes técnicos agrários e presidentes de juntas de freguesia enquanto representantes do poder político local. Nestes perfis, encontram-se alguns participantes que são potenciais líderes comunitário e /ou agentes de mudança.

Os grupos focais foram promovidos por duas dinamizadoras (facilitadores/moderadores), com auxílio de dois observadores (anotadores) e um guião previamente estruturado com questões abertas que foram progressivamente detalhadas, fazendo-se uso da “técnica do funil” (Gondim, 2002). A opção pelos dois dinamizadores decorre das particularidades de animação exigidas e da especificidade da problemática em discussão. Uma das dinamizadoras garantiu a condução do grupo focal. Socióloga de formação, coube-lhe a tarefa de introduzir o tema e coordenar a participação de todos, bem como garantir que o diálogo seguia os propósitos da reunião, incitando à conversação, evitando a sobreposição de falas, prejudiciais na análise e tratamento da informação (Gondim, 2002). A outra dinamizadora, agrónoma de formação, esteve responsável por todas as questões relativas aos assuntos técnicos. Aos observadores coube a observação direta e posterior registo do encontro.

Para facilitar o tratamento da informação recolhida, ambos foram gravados em registo áudio e vídeo, garantindo-se o consentimento informado dos participantes e assegurando-se o anonimato do discurso (Gondim, 2002) de acordo com os requisitos éticos e deontológicos da investigação.

A animação dos grupos focais fez-se nas duas instituições de ensino superior envolvidas, Instituto Politécnico de Viseu e Universidade do Porto, em salas de aulas com mesas e cadeiras organizadas em U e projeção de slides, e com receção e acolhimento personalizado de cada informante privilegiado. Os grupos focais duraram um pouco mais do que as 2 horas. Foram organizados em 2 partes, divididas por um intervalo em que se serviu um lanche, criando uma ocasião de descontração e interconhecimento entre os participantes e a equipa de investigadores. Na sua dinamização recorreu-se à técnica da chuva de ideias (brainstorming), seguida de uma tomada de posição final que consistiu numa votação. Ou seja, primeiro os participantes foram incitados a identificarem os fatores-causa propulsores e inibidores da adoção da agricultura biológica por agricultores familiares, que foram registados em quadro branco. Finda a discussão, foi pedido que identificassem em dois *post its*, e anonimamente, o fator facilitador e o fator inibidor que considerassem mais relevante.

As informações recolhidas foram alvo de uma análise de conteúdo categorial. As categorias construídas encontram-se em processo de validação, pelo que devem ser entendidas como provisórias.

3. Incentivos e obstáculos à prática de agricultura biológica

A análise dos fatores-causa de comportamentos e atitudes promotoras de adesão e resistência às práticas de agricultura biológica foi extraída dos dois grupos focais a partir da discussão sobre os fatores facilitadores e inibidores à sua adoção.

Os participantes referiram sete fatores favoráveis e seis fatores inibidores da adoção de práticas de agricultura biológica, que podem ser hierarquizados com base nos resultados da votação dos participantes (fig. 1 e 2).

Em relação aos fatores que poderão promover a adesão a práticas de agricultura biológica, destacou-se o valor económico que pode representar para os agricultores, bem como os benefícios para a saúde dos consumidores. Ou seja, crê-se que a agricultura biológica pode ser rentável quer por via dos procedimentos técnicos adotados, como sejam a rotação de culturas ou a qualidade do solo, quer pela valorização dos produtos no mercado por um consumidor consciente.

A abordagem sobre os benefícios para a saúde e para o ambiente foi uma das causas apontadas como fator propulsor da agricultura biológica, onde surgiram apontamentos sobre a sua qualidade.

“Acho que a agricultura biológica é um caminho nomeadamente, não só ao nível da questão da sustentabilidade do planeta, mas acima de tudo da saúde e dos problemas de saúde que tem aparecido nas últimas décadas, nomeadamente relacionados com os problemas oncológicos e etc. Até que ponto não terá muito a ver com aquilo que se tem vindo a fazer? Se estamos a fazer o quê está certo ou se o caminho já devia de ter sido trilhado com mais diversidade?” [homem, 45 anos].

Os fatores ambientais e o capital humano exigido por este modo de produção foram apontados como fatores propiciadores das práticas de agricultura biológica pelos agricultores familiares, quer porque se considerar que Portugal beneficia de um clima e qualidade do solo e água favoráveis, quer porque os agricultores familiares dispõem de experiência e de saberes tradicionais próximos das propostas técnicas da agricultura biológica. No mesmo sentido, foi referida uma ligeira e ténue alteração de comportamento dos agricultores familiares na adoção de procedimentos técnicos, em particular no sentido de que já nem todos recorrem à aplicação indiscriminada de pesticidas. Este tipo de representação foi intercalado por outras de cariz inverso quando apontavam para uso excessivo e não regrado dos pesticidas e ao referirem que os agricultores colocam os pesticidas “a olho” ou o “dobro das tampas recomendadas”.

A conjuntura política, bem como a agenda aos níveis local e regional, foram mencionados como fatores propiciadores da prática da agricultura biológica encarada como uma oportunidade de valorização do território. Uma oportunidade quer do ponto de vista económico por via da proximidade ao mercado de consumo de produtos alimentares, quer cultural por via da preservação do património local, para além de que, no momento atual, existem apoios técnicos (ainda que considerados escassos).

“Acho que é preciso um apoio técnico com muito sentido das aplicações técnicas e práticas das questões. Isto é um fator facilitador para implementar. Apoio técnico adequado e especializado que sabe qual é a solução mais acessível.” [mulher, 37 anos]

“Este apoio já existe em alguns sítios mas é preciso reforço” [mulher, 24 anos]

“Há disponibilidade técnica, está disponível mas... Nós devemos trabalhar e aproveitar a onda que é a sensibilização – está aqui um presidente de junta – dos autarcas, dos presidentes de câmara e de junta. Está toda gente neste momento extremamente sensibilizada para isto. Não é preciso estar a sensibiliza-los é só preciso pô-los a fazer isto [...] Andar em cima deles. Acompanhar isto e chamá-los à atenção”. [homem, 55 anos].

De qualquer forma, para um grupo maioritário de participantes, a agricultura biológica foi encarada como uma janela de oportunidade para as suas regiões, ainda que expressassem igualmente algum ceticismo e dúvida quanto à capacidade de mobilizar esta potencialidade, com exceção de 3 participantes que mantiveram sempre um discurso pessimista.

A enunciação dos fatores favoráveis não foi isenta de ambiguidade e incerteza, patentes nos discursos dos participantes, no domínio dos benefícios da agricultura biológica para a alimentação, bem estar e qualidade de vida dos consumidores. Por exemplo, verificou-se que o mesmo fator pode ser encarado como facilitador ou inibidor, como seja o apoio técnico existente (fig. 1 e 2).

O fator inibidor preponderante foi a complexidade das regras e as exigências técnicas da agricultura biológica, assim como as exigências fiscais. A este facto acresceram as dificuldades e os custos do processo de certificação.

“Agilizar o processo de certificação, facilitar porque é um bocado complexo. Havia de haver uma forma de ser rápido porque é difícil. Falta apoio técnico.” [mulher, 40 anos]

Considerou-se igualmente um obstáculo as dificuldades de comercialização destes produtos por várias ordens de razões: i) dificuldade do escoamento dos produtos biológicos por falta de canais de distribuição adequados, nomeadamente, escasseiam meios de apoio ao transporte das mercadorias; ii) consumidor pouco consciente e informado - pouco preocupado com a qualidade dos produtos alimentares para a sua saúde e bem estar e com a sustentabilidade do meio ambiente, havendo uma escassez de informação ao nível do consumidor; iii) mercado exíguo, estando tendencialmente territorializado nas duas áreas metropolitanas e na região sul do país.

“Quem consome os produtos biológicos é Lisboa, Porto e Algarve. Era importante conseguirmos em termos de transporte levá-los ao Litoral. Aos grandes centros” [homem, 41 anos]

Neste sentido, foi também notório que apesar de referido enquanto fator de adesão à agricultura biológica, o valor económico destes produtos no mercado, caracterizado por um preço genericamente mais elevado, que decorre quer dos custos produtivos que foram sendo enunciados (mão-de-obra intensiva, certificação, custo dos fatores de produção, necessidade de deixar parte da exploração em pousio, etc.) quer dos custos de escoamento dos produtos e da perecibilidade dos mesmos, e que opera como obstáculo à sua compra.

O capital humano foi, por algumas das suas características, um fator de inibição: falta de formação dos produtores e fragilidade dos conhecimentos teóricos e de domínio de práticas de agricultura biológica. Associaram a este obstáculo a insuficiência de apoio técnico, quer em termos da sua oferta considerada pelos participantes como diminuta para as necessidades dos agricultores, quer em termos da qualidade do apoio prestado. No que se refere à formação nesta área, os enunciados remeteram para a sua má qualidade, para além da oferta ser escassa.

“É muito difícil, não há formação, nem entidades que o façam” [mulher, 40 anos]

“A maior parte dos formadores de agricultura biológica são maus. Não sabem o que estão a dizer. Não sabem distinguir um auxiliar de uma praga” [homem, 37 anos]

O facto da agricultura familiar em geral, e da agricultura biológica em particular, ocupar, na maioria das situações, o lugar de atividade complementar, ou seja, dela não derivar o rendimento principal do agregado familiar, fragiliza a sua consolidação e a transição para modos de produção mais exigentes. Adicionalmente, o investimento que os agricultores se dispõem a fazer, não é, normalmente, encarado com a seriedade e rigor de uma atividade gerida profissionalmente e a tempo inteiro.

“Eu conheço muito poucas empresas que são profissionais da agricultura biológica [...] Depois é assim, é sempre um complemento de qualquer coisa. Dos 7 produtores que são de [...] só 1 é que é a atividade dele. Os restantes é uma coisa complementar.” [mulher, 40 anos]

Conclusões

As representações sobre os fatores propulsores ou impeditivos da adesão às práticas de agricultura biológica manifestaram-se, por vezes, antagónicas no sentido em que apesar de se ter considerado que há fortes razões para adoção das mesmas, os obstáculos são manifestos e parecem impor-se com maior intensidade.

As representações mais favoráveis à sua adoção radicam na consciencialização dos seus benefícios para a saúde e para o ambiente, mas também de alguma proximidade entre as práticas tradicionais dos agricultores biológicos e os princípios e técnicas da agricultura biológica, a par de algum apoio técnico. Porém, os graus de escolaridade, genericamente baixos dos agricultores, e a carência de formação técnica nas temáticas essenciais, conduzem-nos a uma prática agrícola imediatista, orientada para a rentabilidade de curto prazo, o que não se compadece com as técnicas da agricultura biológica que exigem uma orientação de longo prazo, com espaços de tempo para alimentar a terra e respeitar os ciclos da natureza. Paralelamente, os agricultores tendem a enfrentar dificuldades de ordem financeira e mesmo fiscal, encontrando nos custos associados aos processos produtivos e de certificação de produtos biológicos um obstáculo. Acrescem as dificuldades inerentes a um mercado exíguo e distante, ao preço elevado dos produtos e ausência de canais de escoamento eficazes. Foi atribuída uma nota positiva ao contexto político nacional e local que é entendido como favorável. Destacou-se o papel do poder local e autárquico, quer na divulgação das vantagens deste modo de produção e disponibilização do correspondente apoio técnico aos agricultores familiares, quer no contributo para a definição de estratégias de marketing orientadas para os consumidores locais responsáveis e para o desenvolvimento económico territorial sustentável.

Referências

- Assis, R.L. & Romeiro, A.R. 2007. O processo de conversão de sistemas de produção de hortaliças convencionais para orgânicos. *Revista da Administração Pública*. Rio de Janeiro 41 (5):863-85.
- Auerbach, R., Rundgren, G. & Scialabba, N. (Ed.). 2013. *Organic agriculture: African experiences in resilience and sustainability*. FAO, Rome.
- Cordeiro, Â., Petersen, P. & Almeida, S. 1996. Crise sócio-ambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. Mimeo, Rio de Janeiro.
- Cordovil, F. & Rolo, J.C. 2014. Agricultura Familiar em Portugal. Esboço da sua importância e diversidade no limiar da década de 2010. Rede, *Revista da Rede Rural Nacional*, DGADR, Lisboa 5: 13-21.
- Creswell, J.W. 2014 [1994]. *Research design*. Thousand Oaks: SAGE Publications, edição atualizada e revista.
- EIP AGRI. 2013. Discussion paper EIP-AGRI Focus Group on Organic farming optimising arable yields. https://ec.europa.eu/eip/agriculture/sites/agri-eip/files/fg1_organic_farming_starting_paper_2013_en.pdf.
- European Commission. 2013. Organic versus conventional farming, which performs better financially? An overview of organic field crop and milk production in selected Member States. http://ec.europa.eu/agriculture/rica/pdf/FEB4_Organic_farming_final_web.pdf
- FAO (2014). *Family Farmers. Feeding the world, caring for the earth*. FAO, Rome: 4p.
- Forster, D., Adamtey, N., Messmer, M.M., Pfiffner, L., Baker, B., Huber, B. & Niggli, U. (2012). Organic Agriculture—Driving Innovations in Crop Research. p. 21-46. In:

- G. Bhullar and N. Bhullar (eds.), *Agricultural Sustainability. Progress and Prospects in Crop Research*, 1st Ed., Academic Press.
- Gondim, S. 2002. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*, 12 (24): 149-161.
- Guthman J. 2004. *Agrarian Dreams: The Paradox of Organic Farming in California*. University of California Press, California.
- Hernández, R., Fernández, C. & Baptista, P. 2014 [1991]. *Metodología de la investigación*. 5ª ed. México: McGraw-Hill.
- IFOAM (2016). *Princípios da agricultura biológica*. IFOAM, Bonn: 4p. https://www.ifoam.bio/sites/default/files/poa_portuguese_web.pdf
- Inouye, J. & Warner, K.D. 2001. *Plowing ahead: Working social concerns into the sustainable agriculture movement*. CA-SAWG White Paper. Santa Cruz, California: California Sustainable Agriculture Working Group.
- Lampkin, N. 1990. *Organic farming*. Cambridge, Farming Press.
- Lowder, S., Skoet, J. & Singh, S. 2014. What do we really know about the number and distribution of farms and family farms worldwide? Background paper for The State of Food and Agriculture 2014. ESA Working Paper No. 14-02. Rome, FAO: 1-18.
- Morgan, D. 1997. *Focus groups as qualitative research*. Thousand Oaks, Sage Publications.
- Morison, J., Hine, R. & Pretty, J. 2005. Survey and analysis of labour on organic farms in the UK and republic of Ireland. *International Journal of Agricultural Sustainability* 3(1): 24-43.
- Olabisi, L.S., Wang, R.Q., & Ligmann-Zielinska, A. 2015. Why Don't More Farmers Go Organic? Using A Stakeholder-Informed Exploratory Agent-Based Model to Represent the Dynamics of Farming Practices in the Philippines. *Land* 4: 979-1002.
- PEI-AGRI. Grupos Focais da PEI-AGRI. 2015. https://ec.europa.eu/eip/agriculture/sites/agriculture/files/eipagri_infographic_focus_groups_2015_portuguese.pdf
- Plano de Desenvolvimento Rural 2020. Orientação técnica específica n.º32/2016. Ação 1.1 – Grupos Operacionais. 2016 <http://www.pdr-2020.pt/site/O-PDR2020/Arquitetura/Area-1-Inovacao-e-Conhecimento/Medida-1-Inovacao/Acao-1.1-Grupos-Operacionais/Acao-1.1-Grupos-Operacionais/Documentos-de-Suporte/Orientacao-Tecnica-Especific-a-n.1-32-2016>
- Rundgren, G., Twarog, S. & Naqvi A. 2008. *Best practices for organic policy what developing country governments can do to promote the organic agriculture sector*. United Nations Conference on Trade and Development. United Nations Environment Programme, New York and Geneva. http://unctad.org/en/Docs/ditcted20073_en.pdf
- Santacoloma, P. 2007. *Organic certification schemes: managerial skills and associated costs*. FAO, Rome. <http://ftp.fao.org/docrep/fao/010/a1227e/a1227e00.pdf>
- Shreck, A., Getz, C. & Feenstra, G. 2006. Social sustainability, farm labor, and organic agriculture: Findings from an exploratory analysis. *Agriculture and Human Values* 23: 439–449.
- Silva, I., Velosa, A., Keating, J. 2014. Focus group: Considerações teóricas e metodológicas. *Revista Lusófona de Educação* 26:175-90.
- Von Dach, S.W., Romeo, R., Vita, A., Wurzinger, M. & Kohler, T. (Eds.). 2013. *Mountain farming is family farming: a contribution from mountain areas to the International Year of Family Farming 2014*. FAO, Rome.

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica e profissional dos participantes

	n	%
SEXO		
Masculino	11	55.0
Feminino	9	45.0
IDADE		
25 a 35 anos	1	5.0
36 a 45 anos	8	40.0
46 a 55 anos	7	35.0
Mais de 55 anos	4	20.0
Media etária	47 anos	
NÍVEL DE ESCOLARIDADE		
Até ao 3º ciclo do ensino secundário	2	10.0
Bacharelato	1	5.0
Licenciatura	15	75.0
Mestrado	2	10.0
DISTRITO DO LOCAL DE TRABALHO		
Braga	3	15.0
Bragança	1	5.0
Porto	7	35.0
Viseu	9	45.0
PERTENÇAS INSTITUCIONAIS		
Administração pública		
<i>Poder local e regional</i>	5	25.0
<i>Ensino e investigação universitária</i>	1	5.0
Associações de desenvolvimento local	6	30.0
Empresas privadas do sector agrícola	8	40.0
PROFISSÃO PRINCIPAL		
Agricultor	1	5.0
Engenheiro	13	65.0
Gestor	1	5.0
Presidente de junta de freguesia	2	10.0
Técnicos agrários	3	15.0
Total	20	100.0

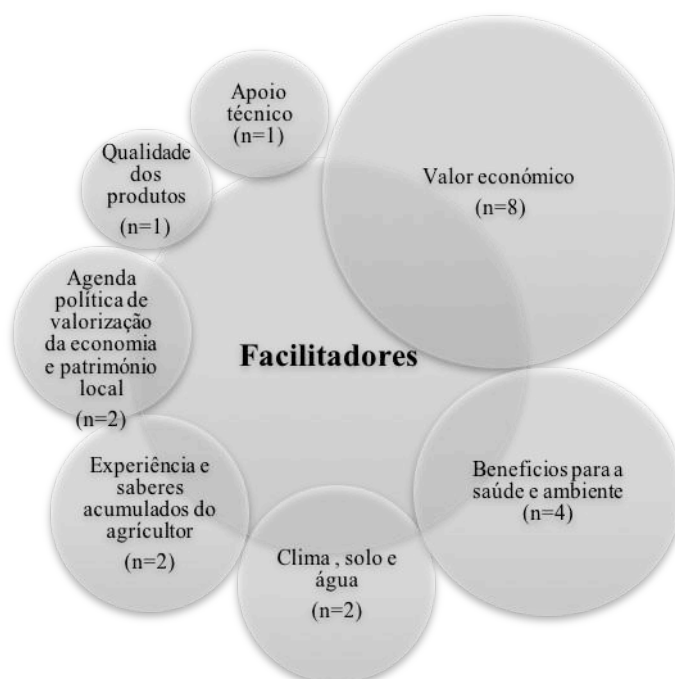


Figura 1 - Fatores facilitadores da adesão a práticas de agricultura biológica

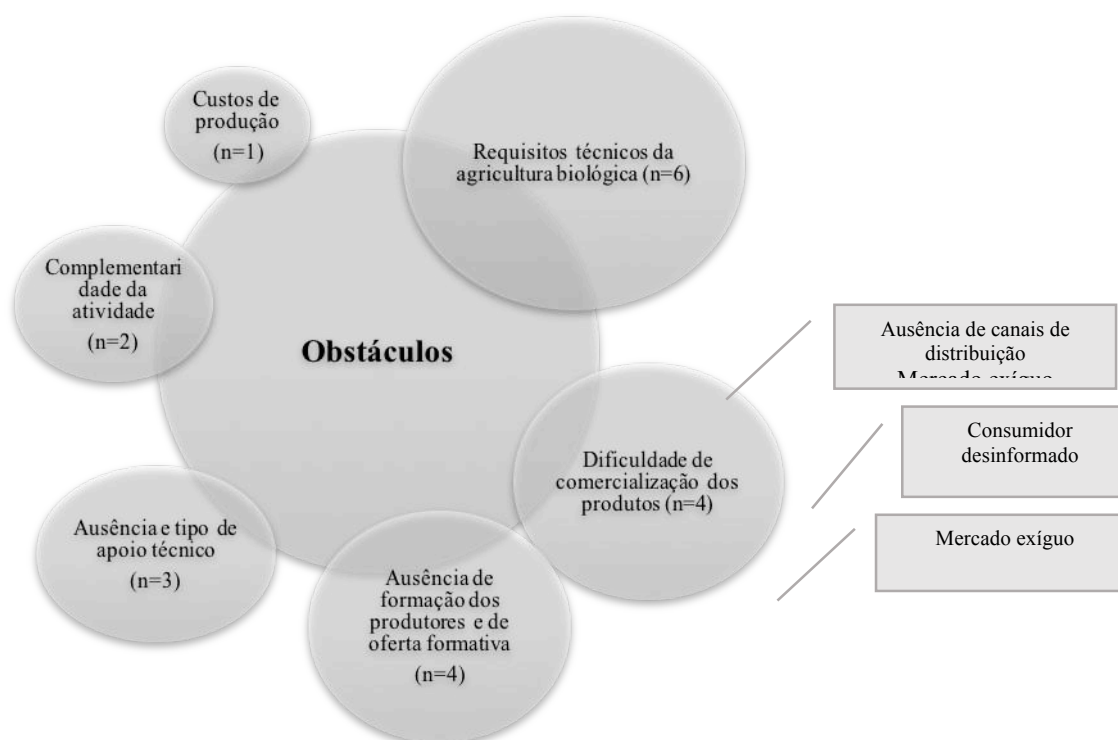


Figura 2 - Fatores inibidores da adesão a práticas de agricultura biológica